

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA: ÚNICA ALTERNATIVA?

Marlene Lucia Siebert Sapelli¹

O objetivo desse texto é problematizar algumas discussões que vêm ocorrendo em torno da oferta de cursos de Pedagogia a distância em universidades federais e estaduais, especialmente, o caso vinculado pela Universidade Aberta do Brasil e explicitar as opções que poderiam servir de alternativa para substituir tal oferta. Vamos nos deter à discussão de três aspectos: a democratização da Universidade; os eixos que caracterizam a universidade e a transposição dos princípios do setor privado para a Universidade.

Muitas são as questões que emergem dessa problemática e que exigem, especialmente, dos professores vinculados ao ensino superior ofertado em instituições públicas, um posicionamento bem fundamentado e uma revisão criteriosa de seus objetivos. Não há concordância em muitos aspectos quando o ensino a distância está na pauta das discussões. Algumas questões que podemos indicar para a reflexão são: quais são os motivos que justificam a democratização do ensino superior pela via do ensino a distância? O que leva os professores a aderirem aos editais da UAB? Os baixos salários, especialmente, nas IES estaduais, contribuí para que essa adesão aconteça? Se o ensino a distância, na atual configuração, não atende aos eixos da extensão e da pesquisa, não estaríamos nos descaracterizando enquanto Universidade? Por que as atuais políticas do governo federal para o ensino a distância se destinam enfaticamente às licenciaturas? Isso reflete compromisso com a formação de professores ou com a elevação dos índices de titulação que podem ser ampla e rapidamente modificados na modalidade a distância?

Não podemos, nem queremos discutir as questões referentes ao EaD fora do contexto das relações de produção. Sabemos bem que há uma relação íntima entre as transformações das mesmas e a educação. O processo de educação é situado histórica e geograficamente, portanto, acontece de formas diferentes em cada tempo e em cada espaço. Segundo Pimenta (2001, p. 53) a educação “enquanto prática social humana, é um fenômeno móvel, histórico, inconcluso, que não pode ser captado na sua integralidade, senão na sua dialeticidade”. Com a introdução da microeletrônica na produção, os

¹ Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava/PR.

processos foram se tornando cada vez mais automatizados e informatizados, exigindo do trabalhador uma flexibilidade em relação a sua qualificação. A forma de comunicação foi significativamente alterada. Novos veículos de informação e qualificação foram introduzidos no processo de (de)formação do trabalhador. O trabalhador em educação não foi colocado fora dessas transformações. Também no seu processo de formação estão sendo introduzidos esses ‘novos veículos’. E esses veículos são apresentados de forma simplista como meios inovadores, única alternativa para os que conseguem ser ‘modernos’. Quem não adere a eles é considerado reacionário.

A questão que aqui se apresenta, não é ser a favor ou contra o EaD, mas perceber as conseqüências da sua implantação indiscriminada. O EaD foi criado para possibilitar o acesso ao ensino às pessoas que não tinham condições de freqüentar diariamente as escolas. Nessa perspectiva ele se apresenta como alternativa importante e, às vezes, única. Ninguém, em sã consciência, discordaria que o EaD é uma ferramenta de inclusão social, especialmente quando serve para atender pessoas com dificuldades sérias de locomoção, viajantes, moradores de lugares de difícil acesso, pessoas em regime de cárcere. Mas isso precisa ser entendido com muita cautela e ponderação, pois o que era exceção virou regra! Cursos presenciais fecharam e deram lugar a turmas de EaD. Ficou difícil criar critérios para se definir o que se consideraria ‘impossibilidade de freqüentar o ensino presencial’.

No Brasil, já nos encontramos na terceira geração do EaD. A primeira foi no início do século XX, quando essa modalidade se dava por correspondência. Quem não lembrar de abrir revistas e jornais da época e encontrar anúncios dos cursos ofertados pelo Instituto Monitor (1939), pelo Instituto Universal Brasileiro (1941) e pelo Instituto Padre Réus (1974). Depois essa modalidade passou a fazer uso da Tv e do vídeo, em torno dos anos 1970, especialmente com o Projeto Minerva. Só nos anos 1990, portanto, bem recentemente é que, com a ampliação do uso da Internet é que avançamos para a terceira geração.

Em 1992 foi criada a Universidade Aberta de Brasília e em 2005 a Universidade Aberta do Brasil, que apresenta como eixos: expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância

com as propostas educacionais dos estados e municípios; a avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC; as contribuições para a investigação em educação superior a distância no país e o financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Vamos iniciar problematizando o primeiro eixo que tem sido também o grande ‘motivo justificador’ da implantação indiscriminada do EaD. Que a Universidade não está democratizada, é fato! Dados anunciados pelo INEP, do censo 2007, mostram que das 2.281 instituições de ensino superior que temos no Brasil, apenas 249 são públicas; dos 4.880.381 alunos matriculados nas IES, apenas 1.240.968 estão nas públicas; dos 284.725 alunos matriculados em cursos de Pedagogia, apenas 103.000 estão nas públicas.

A própria Constituição Brasileira (de 1988) é negada em tal situação. No seu Art. 206 afirma que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Fica claro que se a maioria tem como única opção o ingresso em instituições privadas, não há igualdade de condições para acesso. O mesmo podemos considerar quando para alguns só se oferece o EaD em detrimento da possibilidade de frequentar o ensino presencial, mesmo em locais onde há possibilidade de acesso ao presencial ou de se organizar cursos em regime de alternância.

Também não podemos, ao visualizar tais quantidades, deixar de lembrar o processo de privatização do qual foram alvos as instituições públicas, especialmente a partir dos anos 1990 e também das discussões feitas em relação ao ensino superior no processo de construção e aprovação do Plano Nacional de Educação (aprovado em 2001)². Dos nove vetos feitos ao Plano, que tinha dois projetos concorrendo – o da sociedade civil e o do governo FHC -, vários eram referentes à ampliação e financiamento do ensino superior. Observem: aumento de gastos públicos com Educação de 5% (equivalente a aproximadamente 52 bilhões de reais) para 7% (equivalente a 73 bilhões de reais) do PIB (Produto Interno Bruto) no prazo de dez anos; **criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento para a educação superior; crescimento da oferta de ensino público para assegurar uma proporção que não seja inferior a 40% do total das vagas; ampliação do programa de crédito educativo;** implantação, no prazo de um ano, de

² Ver Valente (2001)

planos gerais de carreira para os profissionais das áreas técnicas e administrativas das escolas; ampliação do Programa de Renda Mínima para atender 50% das crianças de até 6 anos nos três primeiros anos de implantação e 100% até o sexto ano.

Como vemos, a ‘cruzada’ contra a democratização do ensino superior foi bem orquestrada. Agora, a situação não é negada e soluções são buscadas. Inclusive se reconhece o caráter emergencial para resolvê-las. O problema é que não há disposição governamental para ampliar o ensino presencial. A lógica ‘custo-benefício’ e ‘resultados-tempo’ parece prevalecer na tomada de decisões do governo. E o caminho escolhido foi o EaD. Em tempo menor ou igual, poderá ser certificado um número muito maior de professores para as redes públicas e o Brasil poderá recompor suas estatísticas tanto em relação ao número de professores como de otimização financeira e apresentá-los aos seus financiadores.

É óbvio que o que uns entendem como democratização é diferente do que o que outros entendem. E é aí que entra o segundo argumento para defender a adoção do EaD como solução. Nos embates feitos entre os professores das Universidades (que são fortes!), os que defendem, imediatamente acusam o ensino presencial de também ter problemas, de não ter a ‘qualidade necessária’ para preparar professores para sua atuação. De fato, o ensino presencial tem problemas gigantescos a serem resolvidos. Muitos deles provocados pela falta de compromisso e seriedade dos professores que nele atuam. Fica claro que precisamos consolidar o que temos antes de horizontalizar ainda mais a Universidade, ou dar conta das duas tarefas, desde que garantida a ‘qualidade’.

Na modalidade presencial temos problemas sérios no ensino, na pesquisa e na extensão que não se resolvem com a adoção indiscriminada do EaD. Se há problemas no que temos, precisamos enfrentá-los e resolvê-los. Se não damos conta do que temos, como vamos resolver os problemas ampliando a abrangência da nossa atuação?

Se estamos falando dos problemas em ensino, pesquisa e extensão é porque, mal ou bem, eles existem no ensino presencial. Como fica a pesquisa e a extensão no EaD? Em alguns documentos da UAB a preocupação com tais questões está anunciada, mas não há soluções efetivas. O crescimento geométrico dos números do EaD mostra que as soluções para essas questões estão longe de serem encontradas. Em 2002 tínhamos, segundo o INEP, 46 cursos de EaD com 20.000 alunos matriculados. Em 2007 esse número saltou para 408

cursos com mais de 363.000 alunos matriculados. Hoje os números são ainda maiores. Fica difícil imaginar como o governo resolveria isso sem começar pela ampliação da contratação de professores. Quem já orientou um processo de iniciação científica, por exemplo, sabe o quão exigente é o trabalho com o aluno e quem se dedicou a um projeto de extensão com a comunidade também sabe o esforço que demanda.

Aqui necessitamos pontuar outro aspecto da solução encontrada pelo governo em relação aos professores. Nas últimas décadas percebemos a transferência dos princípios da administração privada para o âmbito das instituições públicas de educação³, princípios esses marcados pela racionalidade financeira e técnica, pela gestão de resultados, pela busca de auto-sustentabilidade e pela flexibilização da oferta de serviços. Essa transferência de um setor para outro, apesar da natureza distinta de ambos, desencadeou nas Universidades uma corrida pela captação de recursos externos e pelo aumento salarial pela via da adesão aos projetos propostos. Explico: ao adotar o EaD, proposto pela UAB, as Universidades recebem montantes significativos e os professores que aderem às propostas recebem um valor extra para agregar aos seus salários. Na atual situação das Universidades, especialmente das estaduais, isso representa um aspecto sedutor e passa a ser motivador de discursos inflamados em defesa dos projetos de EaD, independente de sua natureza e abrangência. No calor das discussões vemos colegas que a natureza da Universidade não é a natureza da empresa.

Vejam, enquanto falávamos da EaD organizada pelos Institutos e Fundações preparando desde técnicos para consertar rádios até concluintes do Ensino Médio era uma coisa (mas já merecia restrições!). Quando passamos a discutir ‘formação inicial de professores em Universidades públicas’, a complexidade da questão é outra. Ela abrange desde a contratação de pessoal até a consolidação dos eixos que caracterizam o que deveria ser ‘universidade’. O discurso da democratização anunciado se faz de forma simplista demais!

É inegável que o governo, ao jogar na mesa das Universidades os projetos do EaD, especialmente, para as licenciaturas, contribuiu para provocar o debate. Sem dúvida, o tiroteio de acusações foi barulhento! Respingou muita lama!

³ Ver Nogueira e Rizzotto (2003)

A UAB não é só a universidade do EaD. Há editais por ela abertos que viabilizam o ensino em regime de alternância, como por exemplo, a licenciatura do campo. Nossos cursos de Pedagogia tem outra alternativa, ou seja, se forem ofertados às pessoas que não têm possibilidade de frequentar o presencial, no caso específico para professores da rede pública, então o regime de alternância poderia resolver o problema. As aulas poderiam ser ministradas, por exemplo, aos sábados e em período de férias de forma condensada. O EaD não é a única alternativa pra democratizarmos a Universidade. Precisamos sim, buscar alternativas, mas minimizando a opção pelo EaD na formação inicial dos nossos professores. Que isso fique para as exceções!

Referências

NOGUEIRA, F.M.G. & RIZZOTTO, M. L. F. **Estado e Políticas Sociais: Brasil – Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

VALENTE, I. **Plano Nacional de Educação.** São Paulo: DP&A, 2001.